

CULTURA E HEGEMONIA: UM ENSAIO FUNDAMENTADO NAS REFLEXÕES DE GRAMSCI E THOMPSON.

Ana Caroline Neves Nascimento¹; Byanca Mayra Figueirôa da Silva²

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), curso de Serviço Social, Projeto de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

RESUMO

O presente artigo tem como proposta realizar uma análise teórico-conceitual e histórico-social concordante com os elementos e conceitos utilizados pelo marxista italiano Antonio Gramsci para explicar a relação entre Sociedade Civil e Estado, articulando-os com as reflexões sobre cultura e hegemonia do historiador inglês Edward Thompson.

Palavras-chave: Sociedade Civil; Estado; Abordagem teórica e histórica; Hegemonia; Cultura.

RESUMEN

El presente artículo se propone realizar un análisis teórico conceptual e histórico social acorde a los elementos y conceptos utilizados por el marxista italiano Antonio Gramsci para explicar la relación entre Sociedad y Estado, teniendo en cuenta las reflexiones del historiador inglés Edward Thompson en torno a los conceptos de "cultura" y "hegemonía".

Palabras Clave: Sociedad Civil; Estado; Abordaje Teórica e Historica; Hegemonía; Cultura.

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do projeto de iniciação científica “Teoria Crítica e Direitos Humanos – Continuidades e Rupturas no pensamento de Marx a Thompson”. Endereço eletrônico: carolineneves.proatec@gmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do projeto de iniciação científica “Teoria Crítica e Direitos Humanos – Continuidades e Rupturas no pensamento de Marx a Gramsci”. Endereço eletrônico: byancafigueiroa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho baseia-se nos estudos de uma pesquisa de iniciação científica iniciada em 2015 no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (DSS/UFPE). A conjuntura político-econômica nacional, que entrou em efervescência desde 2013 com as reivindicações que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, nos fez refletir sobre o papel dos aparelhos privados de hegemonia³, por um lado, na produção e reprodução da sociabilidade capitalista, enquanto disseminadora da ideologia hegemônica e, por outro, como uma alternativa a ser utilizada no desenvolvimento das condições objetivas para a superação desta ordem societária. Desta forma, propomos uma análise teórico-conceitual concordante com os elementos e conceitos utilizados por Antônio Gramsci para explicar a relação entre sociedade civil e Estado, articulando-os com as reflexões sobre cultura e hegemonia de Edward Thompson.

O cofundador do Partido Comunista Italiano (PCI), Antônio Gramsci, elaborou um significativo aporte conceitual à luz da teoria marxiana – tendo como foco a sociedade italiana do início do século XX, na qual estava inserido –, que supera dialeticamente⁴ os seus precursores. Ele foi capaz de compreender os elementos constitutivos da sociedade civil como instrumentos diretos de dominação ideológica da classe burguesa sobre o proletariado, uma vez que, por meio deles, esta reproduz seus valores a ponto de transfigurá-los em valores universais, os quais garantem a legitimidade de que tal classe necessita para conservar o *status quo*, sem que para isso necessite utilizar estratégias coercitivas. Nos interessa apreender, para fins deste estudo, os conceitos de hegemonia, ideologia, sociedade civil e sociedade política, tal como a diferença estabelecida pelo autor entre: dominação e direção, e coerção e consenso.

Partimos do pressuposto de que - tendo em vista tornar-se hegemônico - no decorrer do século XX, o capitalismo apresentou projetos sociais e políticos que se transformavam de acordo com suas diferentes fases. Em todas elas, a cultura foi parte substancial na reprodução desse modelo societário. Isto posto, em concordância com o objetivo deste artigo,

³Gramsci refere-se a aparelhos privados de hegemonia como instituições da sociedade civil voltadas à sedimentação de um dado consenso. A hegemonia aparece no sentido de vitória de uma visão de mundo sobre outras, a ser conseguida através da ocupação de espaços ideológicos (GRAMSCI, 2000). O que será discutido com mais profundidade no decorrer do artigo.

⁴ Refere-se à renovação dos conceitos que as novas conjunturas tornaram equivocados, mas mantendo o método e a essência básica do pensamento de seu fundador. (COUTINHO, 1987)

compreendemos que as reflexões do pensador marxista Edward Palmer Thompson sobre a cultura e hegemonia contribuem para entender os movimentos de conservação e transformação das relações sociais contemporâneas no capitalismo. Tais considerações evidenciam que um aspecto vital é compreender a cultura na construção da hegemonia e da contra-hegemonia. Neste artigo, são abordados alguns elementos teóricos que fizeram com que o historiador pudesse construir uma teoria marxista de cultura que, ao evidenciar a indissociabilidade entre cultura e dominação no capitalismo, apresenta outros elementos para a explicação da natureza da cultura no capitalismo. Em um primeiro momento, serão apresentadas sucintamente as contribuições do autor supracitado a respeito de três dos principais conceitos formulados por ele: classe social, experiência e cultura.

1. O JOVEM GRAMSCI E A INTRODUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE CULTURA.

Para adentrarmos na discussão sobre os conceitos gramscianos, de que trata este artigo, é importante trazer à tona que em 1916, aos 25 anos, o autor escreveu o que pode ser considerada a primeira obra que aborda a sua compreensão sobre o papel cumprido pelos elementos culturais no processo de consolidação de uma determinada civilização. O autor critica a compreensão de cultura como sinônimo de aprimoramento intelectual, argumentando que esta cria um grupo de sujeitos “desajustados” que se observam superiores aos demais pelo simples fato de possuir um diploma e/ou um determinado tipo de conhecimento organizado na memória. Para ele,

cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. (GRAMSCI, 2010, p. 53)

A referida consciência, segundo o autor, é adquirida pela humanidade de maneira gradual e possibilitou que uma determinada classe rompesse com os privilégios de uma minoria sobre a massa populacional. Em outras palavras, todo processo revolucionário encontra-se alicerçado pela construção de uma cultura específica que legitimará o seguimento de uma reconstrução social. O autor cita, a título de exemplo – e a fim de reafirmar a sua

crítica à centralidade do intelectualismo no que tange à compreensão do conceito de cultura –, os sustentáculos da expansão francesa protagonizada por Napoleão Bonaparte:

as baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam a estrada já aplanada por um **exército invisível de livros**, de opúsculos, enxameados de Paris desde a primeira metade do século XVIII e que tinham preparado homens e instituições para a renovação necessária (GRAMSCI, 2010, p. 54, grifo nosso).

Não cabe aqui aprofundarmos a análise da trajetória teórica de Gramsci que o consolidou enquanto um dos autores mais relevantes da tradição marxista, no entanto, apesar de reconhecermos que nesta época as produções teóricas do autor sardo encontravam-se em sua fase embrionária e, conforme explicitado por Coutinho (1989), carregam características imaturas, dentre elas, a carência de detalhes sobre as transformações econômicas que marcavam o contexto em que estava inserido, consideramos imprescindível destacar o que, de acordo com o mesmo autor, constitui uma das qualidades do jovem Gramsci e, mais tarde, viria a compor uma das maiores contribuições da teoria social crítica: a capacidade de conceber a criação de uma nova cultura e, com ela, de um novo homem⁵, como uma das dimensões do socialismo.

2. A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI.

Lembremos que, para Karl Marx, a sociedade civil compõe a base material de produção, ou seja, a esfera econômica e, desta forma, integra o momento da **infraestrutura**, cujos elementos constitutivos formam uma unidade indissolúvel com os do âmbito superestrutural – dentre eles encontra-se a formação de ideias – aos quais dá origem e sustentação⁶ (NETO, 2010). Nesta perspectiva, de acordo com Mondaini (2012), esta corresponde ao espaço das necessidades e vontades particulares do *hommeegoísta*, do *bourgeois* – o homem detentor de interesses de cunho privado –, o qual se distingue do *citoyen* – o homem pertencente à comunidade política – por meio da cisão entre a vida pública e a vida privada, levada a cabo pela emancipação política. Sendo o Estado, para o autor

⁵ É imprescindível esclarecer que quando escrevemos “homem” estamos, a fim de facilitar a leitura, nos referindo ao gênero humano, compreendendo que este é composto por pessoas cisgêneras, travestis, trans e intersexuais, bem como qualquer outra categoria que componha o espectro plural do gênero humano.

⁶ Em outras palavras, para Marx, a base econômica – na qual a sociedade civil está incluída – determina as superestruturas, o que para Coutinho (1989) representa o princípio básico do materialismo-histórico.

alemão, o âmbito de reprodução das contradições inerentes à sociedade civil burguesa, isto é, expressão dos seus particularismos mediante um disfarce de imparcialidade e, assim, representante irrefutável da dominação burguesa.

As reflexões de Antônio Gramsci, por outro lado, compreendem a sociedade civil como parte integrante do momento **superestrutural**, dado que identifica nesta:

a função de esfera mediativa que demonstraria a relação orgânica entre a economia e a política, o que para o autor sardo rebateria a proposição positivista da dicotomia posta pelo marxismo vulgar e pelo liberalismo (NETO, 2010, p. 44).

É assim que, de acordo com Coutinho (1989) o autor reconceitua de maneira mais mediatizada e, com isso, através de mais determinações, a ideia de sociedade civil, visto que lhe atribui um caráter mais forte e decisivo na luta de classes sem retirar da base produtiva e, por conseguinte, da infraestrutura, a centralidade ontológica da explicação da história. Isto posto, a superestruturam Gramsci compreende uma unidade histórica constituída de duas esferas através das quais uma determinada classe social assume o domínio e a direção da sociedade em que se encontra, a saber: sociedade política (ou Estado) e, a já mencionada, sociedade civil. Na primeira estão situados instrumentos diretos de dominação de classe, ou seja, os mecanismos coercitivos, dentre os quais podemos citar o plano jurídico⁷.

Aqui, focaremos no que Gramsci entende por sociedade civil, em torno da qual o autor desenvolveu sua ideia central: o reconhecimento de que o Estado não utiliza apenas mecanismos coercitivos para garantir a sua dominação. O pensador italiano compreende que a sociedade civil “corresponde à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 2001, p. 21). Para entendermos esta afirmativa, é preciso pensarmos que um governo, Estado e até uma ordem societária, não se mantém sem que adquira o consenso, ou seja, o apoio – ativo e/ou passivo – da maioria populacional. Vale ressaltar que não estamos tratando de um apoio que se expresse através do voto ou outros mecanismos da democracia direta – muito embora estes sejam primordiais para a perpetuação de um poder adquirido democraticamente –, nos referimos, isto sim, à reprodução de uma

⁷ Significa dizer que, segundo Gramsci, o direito não representa um campo de luta por hegemonia, o que o aproxima de Marx. Sobre isto consideramos o contexto em que viveu, isto é, uma Itália marcada desde 1919 até 1943 pela ditadura do Regime Fascista cujo fim não foi vivenciado por Gramsci, que morreu em 1937.

ideologia capaz de tornar legítima, no caso do contexto em que estamos localizados, uma sociedade cujo principal alicerce é a exploração do trabalho alheio.

A ideologia vai além de um conhecimento, diz respeito a uma concepção de mundo específica que se vincula a uma ética equivalente. Gramsci, no entanto, categoriza alguns tipos de ideologia de acordo com a sua abrangência e/ou intensidade, podendo esta ser, inclusive, individual ou relacionar-se a pequenos grupos. Um tipo específico de ideologia possui a capacidade de construir um tipo de homem que lhe é peculiar, a saber: a ideologia orgânica, a qual está relacionada a uma coletividade propensa à hegemonia (COUTINHO, 1989). Quanto a esta diferenciação, divergimos⁸ do autor sardopor compreendermos que,

enquanto um pensamento permanecer simplesmente produto ou expressão ideal de um indivíduo, por mais valor ou desvalor que possa conter, não pode ser considerado uma ideologia. [...] A fim de que isso ocorra, é necessária uma função social bem determinada. (LUKÁCS, 1981 apud COSTA, 2007, p. 102)

Vale sublinhar que, segundo a análise de Coutinho (1989), Gramsci concebe a sociedade civil enquanto uma característica própria das sociedades que galgaram um alto nível de organização popular e, por meio desta, uma maior socialização da política. Isto se deve ao fato do autor compreender que para um Estado tornar-se mais hegemônico é preciso uma “autonomia relativa das esferas superestruturais” (p. 78), o que não fazia parte da realidade das sociedades capitalistas de menor complexidade política – as chamadas sociedades orientais⁹ – e, tampouco, das pré-capitalistas, as quais utilizavam-se do apoio ideológico mediante instrumentos vinculados diretamente ao Estado, tal qual a Igreja na sociedade feudal. Desta maneira, no modo de produção capitalista – especialmente nos países ocidentais – a classe dominante dispõe do controle de instrumentos privados que em geral não são considerados como pertencentes ao Estado, através dos quais assume a direção intelectual, cultural, política e, especialmente, moral da sociedade, ou melhor, torna-se classe dirigente e, desse modo, hegemônica. Podemos dizer que a classe burguesa, única beneficiada por esta

⁸ A divergência quanto à compreensão do conceito, neste caso, não impede que concordemos com Gramsci no que tange ao papel que a ideologia cumpre na sociedade capitalista.

⁹ A divisão entre sociedades Ocidentais e Orientais em Gramsci não está relacionada a uma determinação geográfica, mas sim à forma mais ou menos “restrita” de dominação estatal e, com isso, à maior ou menor força da sociedade civil. Quanto à concepção ‘restrita’ do Estado: “esse seria a expressão direta e imediata do domínio de classe [...] exercido através da coerção”. (COUTINHO, 1987, p. 25)

forma de sociabilidade, exerce a supremacia social, uma vez que esta se expressa na síntese entre domínio e direção, isto é, coerção e consenso.

O autor sardo atribui um cariz de centralidade ao papel da direção no que se refere à conquista da supremacia. Segundo ele:

um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais inclusive para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também [dirigente]. (GRAMSCI, 2002, apud ALVES, 2010, p. 78)¹⁰

Cabe introduzir, neste ponto, a noção de intelectual em Gramsci, a qual refere-se não à erudição, como estamos acostumados, mas sim à função de homogeneizar a consciência de classe do grupo ao qual está vinculado. Em outras palavras, “os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2001, p. 21). Compete, portanto, aos intelectuais orgânicos¹¹ do proletariado – tal qual a função exercida pelos intelectuais orgânicos da burguesia – prepararem a conquista da hegemonia desta classe, bem como, quando conquistada, garantirem a sua manutenção.

Os intelectuais orgânicos da burguesia possuem tanta influência político-organizativa que, conforme Gramsci, desempenham uma função semelhante a dos partidos políticos. Nada mais oportuno para a realidade brasileira atual destacarmos que diversas organizações aparentemente independentes, não-governamentais e partidárias, cumprem o papel de um partido político à medida que atuam no sentido de educar, organizar e, além disso, moralizar. (JURECÊ, 2009).

3. CULTURA E HEGEMONIA EM THOMPSON.

¹⁰ A intensidade do esforço pela conquista da hegemonia difere-se nos países ocidentais e orientais. Nestes últimos, a fragilidade da sociedade civil (devido à predominância do Estado em sentido coercitivo) possibilita uma estratégia de luta direta. Neste caso, a conquista do consenso pode acontecer no momento pós-revolucionário.

¹¹ Categoria de intelectuais “que surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico”. (COUTINHO, 1989, p. 108).

A esta altura do estudo, vale apresentar o pensamento do historiador inglês Edward Palmer Thompson, cujas ideias foram influenciadas por sua experiência acumulada e sua participação como ativo historiador com envolvimento prático e teórico de cinco décadas no cenário britânico e mundial, tendo também atuação no Movimento Popular da Inglaterra, ministrando aulas para operários e atuando em universidades nos Estados Unidos e Inglaterra.

O pensamento de Thompson (1987) acerca da opressão dos operários no mundo do trabalho mostra como estes constroem uma identidade entre si e nestas lutas comuns elaboram uma consciência de classe, resultado de suas experiências. Para ele, a partir do momento em que as pessoas adquiriram consciência de sua exploração e passaram a reivindicar os seus direitos, buscaram no decorrer desse processo mecanismos para se constituir enquanto classe propriamente dita.

Através da análise da história social inglesa do século XVIII, o autor explana que a sociedade capitalista se encontra estruturada sobre formas de exploração morais e culturais. É importante destacar os elementos teóricos que fizeram com que o historiador pudesse construir uma teoria marxista de cultura que revela novos fundamentos para a explicação da cultura no capitalismo, uma vez que esta esclarece que cultura e dominação no capitalismo são indissociáveis.

A partir dessas observações, e tendo em vista apreender as formas de conservação e transformação das relações sociais contemporâneas e dos mecanismos de manutenção da hegemonia, dentro do capitalismo, torna-se necessário levar em consideração as contribuições do autor supracitado a respeito de três dos principais conceitos formulados por ele: classe social, experiência e cultura.

Anteriormente, os estudos e análises a respeito da classe operária eram limitados a interpretações a-históricas do fenômeno da consciência e da identidade de classe. Em contraposição a estes pensamentos, desenvolveu-se uma nova ideia, segundo a qual a formação de uma classe e de sua consciência não é apenas decorrente de um contexto econômico, nem sua consciência é somente o subsídio político que se origina do exterior da classe.

Thompson inovou ao apresentar a continuidade entre as formas culturais tradicionais e a consciência operária e, além disso, como a consciência operária origina-se da transformação destas tradições em novos contextos sociais, econômicos e políticos (NEIRA, 1989).

No prefácio do livro “The makingoftheenglishworkingclass” (traduzido no Brasil como “A formação da classe operária inglesa”), Thompson define “classe” como um fenômeno histórico: “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico” (THOMPSON, 2004, p.9).

Na referida obra, o ex-diretor da revista New LeftReview esclarece que 1790 corresponde ao início do desenvolvimento da industrialização na Inglaterra. Tal evento resulta no surgimento de novas invenções e, concomitantemente na abertura de um processo de formação de uma consciência da classe trabalhadora, de forma que o autor observa um caráter coletivo da experiência de exploração e opressão dos trabalhadores ingleses do século XVIII e indica que tendo em vista analisar a formação de consciência de classe trabalhadora é imprescindível levar em consideração a concepção de cultura.

A classe para Thompson se forma a partir da apreensão de que existem diferenças e igualdades de interesses no que se refere a outro grupo social. Logo, além de observar os fatores econômicos, há de se avaliar também aspectos culturais, sociais e históricos. Sobre a consciência de classe, afirma o autor:

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987 p. 10)

Nessa perspectiva, o conceito de experiência para Thompson é essencial para as considerações do mesmo sobre cultura e classe social, uma vez que o referido conceito

funciona como um elemento mediador entre o ser social e a consciência social. Para o historiador de origem fundamentada no materialismo histórico¹²,

a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981, p. 112)

Sobre o estudo da cultura, este é substancial para a compreensão das formações sociais contemporâneas, tendo em vista que a cultura é fundamental para o estabelecimento da sociedade. É válido ressaltar que tanto Gramsci, quanto Thompson contrapõem-se à ideia elitista de cultura, amplamente disseminada. Segundo o primeiro, para que uma cultura seja formada, é necessário organização e conquista de consciência.

O autor observa que a cultura foi de suma importância na construção e reprodução do modo de produção capitalista, que atende aos interesses das classes dominantes. Por outro lado, para ambos os autores a cultura também é componente motivador da transformação social. Gramsci afirma que com a criação de uma cultura nacional, a classe operária poderá unir-se às lutas das classes trabalhadoras e conquistar a hegemonia. Com relação à hegemonia, o autor sardo discute sobre como no capitalismo monopolista, o Estado passa a dominar com maior intensidade a direção cultural, intelectual e moral das classes dominadas em detrimento dos interesses das classes dominantes e há uma expansão dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, dentre aparelhos culturais, como escolas, igrejas, mídia. Ou seja, além das práticas coercitivas, as práticas culturais conservam a hegemonia de classe, em favor das classes dominantes.

Ao discutir sobre hegemonia, Gramsci aborda o favorecimento do Estado quanto ao controle da direção cultural, moral, intelectual das classes dominantes com relação às classes dominadas, e ao mesmo tempo há uma expansão dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, dentre aparelhos culturais, como escolas, igrejas, mídia. Ou seja, além das práticas coercitivas, as práticas culturais sustentam a hegemonia de classe ao incorporarem os projetos sociopolíticos das classes dominantes.

¹² É importante esclarecer que apesar de elaborar suas ideias à luz da teoria marxiana, Thompson apresenta uma visão aberta e crítica com relação ao marxismo, que se contrapõe à tradição hegemônica na sua época.

Relacionando as reflexões de Antônio Gramsci e Edward Thompson, poderíamos arriscar afirmar que as contribuições de Gramsci sobre hegemonia influenciaram os estudos de Edward P. Thompson a respeito da formação da classe operária inglesa. Sobre a hegemonia, Thompson afirma que “o poder da classe poderia agora ser visto não mais como uma mera ditadura mal disfarçada, mas em formas muito mais sutis, penetrantes e, conseqüentemente, compulsivas” (THOMPSON, 2001, p. 148).

Assim, é essencial perceber que o caráter contraditório das formas sociais capitalistas “abre espaço” para a elaboração de ideias e o desenvolvimento de ações contra-hegemônicas. Nesse sentido, é necessária a implementação de uma contra-hegemonia nos aparelhos privados de hegemonia culturais e políticos da sociedade civil, tendo em vista a superação das relações de exploração e dominação as quais as classes dominadas estão submetidas, e conseqüentemente, a superação do modo de produção capitalista.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é válido afirmar com base no pensamento gramsciano que, na sociedade brasileira contemporânea, os aparelhos privados de hegemonia exercem um papel fundamental no processo de reprodução da lógica que determina o modo de produção capitalista, a saber: a exploração cada vez mais intensa do trabalho assalariado. Aqui chamamos atenção para os aglomerados midiáticos nacionais e a sua capacidade de propagar informações, de maneira que aparenta neutralidade, para as grandes massas, quando, na verdade – por via da propagação de valores, representações e condutas – conformam um dos maiores (senão o maior) veículos de manutenção da hegemonia da classe dominante no país. Neste processo, o âmbito jurídico, pensado por Gramsci enquanto um componente da sociedade política, ou seja, como um mecanismo direto de dominação, constitui uma esfera cada vez mais conflituosa, em cujo seio ocorrem também disputas por projetos societários antagônicos, bem como serve de suporte legitimador para a manutenção da classe dominante enquanto classe dirigente. Em outras palavras, poderíamos arriscar afirmar que, na realidade nacional contemporânea, o âmbito do direito expressa também um mecanismo de legitimação por meio do consenso, e não só da coerção, ainda que esta caracterize a maioria das respostas estatais às reivindicações da classe trabalhadora.

Ainda conforme o autor italiano, a hegemonia de uma determinada classe e, com ela, de um determinado projeto societário, não exclui as lutas engendradas no âmbito da sociedade civil pelos setores organizados da classe trabalhadora. As mídias alternativas e os movimentos sociais aparecem na realidade nacional construindo projetos e ações contra-hegemônicos. Desta forma, constituem um caminho de luta pela conquista do consenso e, através disso, da direção moral e intelectual da sociedade.

Por fim, podemos afirmar que algumas das ligações entre as considerações de Thompson e Gramsci estão na dimensão dos seus estudos sobre as classes populares, das suas culturas e ainda, dos meios de formação produzidos pela experiência da vida. Estes autores marxistas também acordaram com relação às abordagens historicistas do conhecimento, que tomam a realidade como tensão entre o poder das forças estruturais e o papel ativo do sujeito na História. Convergiram, ainda, no tocante a concepção da cultura como espaço de conflito e de disputa entre os diferentes projetos que visam à hegemonia na sociedade. Tal pensamento

objetiva sustentar a noção da cultura como o lugar de revelação de todas as contradições e buscar a esperança na possibilidade de luta e transformação social.

REFERÊNCIAS.

ALVES, Ana R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, p. 71-96. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.

COSTA, Frederico J. F. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. 2007. 156 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007. Disponível em: <http://www.ced.uece.br/imo/Teses/Tese%20-%20Frederico%20J.%20Ferreira%20Costa.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

COUTINHO, Carlos N. **A dualidade de poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____, Carlos N. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais – o princípio educativo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2001.

_____, Antonio. Socialismo e cultura. In: MONASTA, Atilio (Org). **Antonio Gramsci**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

JURECÊ, Rodrigo. O partido político para Antônio Gramsci: o papel histórico dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia. In: CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Tribuna de debates**. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/precongresso/juruce.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2016.

MONDAINI, Marco A. Marxismo e Direitos Humanos. In: GOMES, Vera L. B.; VIEIRA, Ana C. S.; NASCIMENTO, Maria A. C. (Org.). **O avesso dos direitos**. Recife: Editora Universitária, 2012. Cap. 4.

NETO, Estevam A. M. **Sobre a sociedade civil em Hegel, Marx e Gramsci**. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/5_estevamneto.pdf. Acesso em: 30 abr. 2016.

NEIRA, M. A. **Cultura e conscienciaenlaformación de la classe obreralatinoamericana**. Historia Critica, 1989.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.